

Governo Lula manda Receita Federal punir cidade ao abrir novo posto de fiscalização

■ Página 6 e 7

Tribuna Popular

Foz do Iguaçu, 4 a 10 de agosto de 2026 | Edição 440 | Ano XII | R\$ 3,00



GLEISI HOFFMANN ESTARIA FORA DO SENADO SEGUNDO A PESQUISA QUAEST



■ Pesquisa acende sinal vermelho para Gleisi na corrida ao Senado

■ O maior inimigo de Gleisi Hoffmann pode ter estado dentro do gabinete; A conta chegou: assessoria, prepotência e rejeição em alta

■ Páginas 4 e 5

Quando os assessores enterram o projeto político de Gleisi Hoffmann

■ Página 5

PRETO NO BRANCO

VEREADOR BOSCO I

Nas eleições 2020, Bosco Foz gritava pedindo intervenção do Exército. Nas eleições 2022 aproveitou a onda do General, mas nas eleições 2026 ele esperava uma intervenção dividida, mas a intervenção não chegou...

VEREADOR BOSCO II

A vontade era tanto de comer um X-Tudo na convenção partidária do PL que acabou engolindo um misto-quente.



GENERAL RECEBEU UM "NÃO" DO GOVERNADOR

Segundo informações, durante a semana passada o Governador Ratinho Junior esteve em Foz do Iguaçu e o Prefeito General Silva e Luna ligou avisando que iria receber o governador no Aeroporto. Recebeu um "não venha".



E O VIADUTO DO GTG

General. Cadê o viaduto? Prometeu inaugurar o ano passado. Prometeu novamente este ano. Até agora nada? Será que teremos novas promessas?

GENERAL ESPECIALISTA

Cadê o especialista em asfalto? A cidade continua esburacada. Vão lançar o Programa Buraco na Palma da Mão?

A PERGUNTA DO MILHÃO?

O "rato" conseguiria transferir votos para seu indicado? Quem quer tudo acaba ganhando nada.

BOCA LIVRE

Fazer lançamento de uma candidatura com direito a janta em hotel cinco estrelas pode né. Fica mais fácil convencer os eleitores quando estão de barriga cheia.



ELEIÇÕES 2026

Na semana que vem começa de fato as eleições 2026. Começa a corrida atrás dos votos. Tem deputados que ficaram sumido por quatro anos, e agora voltam com as mesmas promessas...

Tribuna Popular

Jornalismo sem censura

É uma publicação da E Alliana - ME
CNPJ 37.189.127/0001-00
Telefone (45) 3523-7826 - Foz do Iguaçu / PR
jtribunapopular@bol.com.br

REDAÇÃO

Diretor: Enrique Alliana
Jornalista Responsável:
Enrique Alliana - MTB: 0010793/PR

COMERCIAL

Claudete Desbezel
Impressão: Grafinorte Gráfica

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do jornal

Vereador Bosco Foz tenta se vitimizar e trai o próprio partido

PL decide e Bosco Foz fica fora da disputa de 2026; Convenção enterrou a pretensão política do vereador

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Na política, toda candidatura depende de articulação, diálogo e, principalmente, do respeito às decisões partidárias. Quando um pré-candidato decide seguir um caminho diferente daquele traçado pela direção da própria legenda, assume o risco de transformar uma estratégia de pressão em um desgaste público.

Quando a estratégia política não produz o resultado esperado

No caso envolvendo o vereador Bosco Foz, a sequência dos acontecimentos levantou questionamentos sobre a condução de sua pré-campanha ao cargo de deputado federal pelo PL.

Do palanque à frustração

O que poucos sabem, que o Vereador Bosco Foz fez uma "pilantragem" com o próprio partido. No dia 24 de Julho de 2026, o Presidente Estadual do Partido Liberal do Paraná, ligou para o Vereador Bosco, informando para não fazer o lançamento da campanha, pois seu nome não seria colocado na lista oficial de candidatos para o pleito de 2026.

O risco de desafiar a própria legenda

Mesmo após ter sido informado previamente de que seu nome poderia não integrar a nominata oficial do partido, o Vereador Bosco Foz, agindo como um verdadeiro "pia pançudo" (uma expressão popular e regional do estado do Paraná muito usada que significa um rapaz inconsequente e



imaturado), realizou o evento com um único intuito que é forçar a ferro e fogo que seu nome fosse incluído na lista. O evento foi realizado no luxuoso Hotel Grand Carimã & Convention Center, reunindo apoiadores, autoridades e lideranças políticas, com direito a boca livre e tudo mais.

Não contente de simplesmente trair a confiança do Partido, o Vereador Bosco Foz acionou seus apaniguados de Brasília, para que este realizassem uma carta de indignação. Poucos dias depois a nota chega com o seguinte título "Nota Oficial - Influenciadores do Brasil manifestam indignação com a possível retirada de

Bosco Foz da nominata do PL no Paraná".

Mas como dia o ditado popular "O diabo faz a panela, mas não faz a tampa", os assessores do próprio Vereador Bosco Foz foram os responsáveis pela disseminação da dita "Indignação", demonstrando que os interesses políticos do vereador estariam acima dos seus próprios superiores hierárquicos.

A convenção colocou um ponto final na pré-candidatura

Na convenção estadual do PL realizada no dia 1º de agosto de 2026, aconteceu o que todos já esperavam, afinal foi

avisado com antecedência pelo Presidente do Partido de que o nome de Bosco Foz não seria aprovado na convenção. Sendo o Vereador Bosco Foz ficou fora das eleições 2026.

O episódio acabou produzindo um efeito inverso ao pretendido. Em vez de consolidar uma candidatura, expôs um impasse interno que terminou com a exclusão do projeto eleitoral.

A narrativa da vítima

Independentemente da origem ou do alcance dessas manifestações, elas passaram a integrar uma narrativa segundo a qual o vereador teria sido injustificado pela direção partidária.

Na política, porém, vitimização raramente substitui articulação. Partidos possuem regras internas, critérios estratégicos e autonomia para definir suas nominatas dentro da legislação eleitoral.

Política exige construção, não imposição

Uma candidatura não se consolida apenas com eventos, discursos ou demonstrações públicas de apoio. Ela depende da confiança da legenda, da capacidade de diálogo e do alinhamento com as decisões partidárias.

Quando um projeto político entra em conflito com a estratégia do próprio partido, dificilmente a pressão pública modifica decisões já amadurecidas internamente.

A homologação das candidaturas mostrou exatamente isso: prevaleceu a decisão coletiva da convenção.

Lição política

Toda derrota oferece uma escolha: reconhecer os erros e reorganizar o caminho ou atribuir o resultado exclusivamente a fatores externos.

Na política, demonstrações públicas de força podem gerar manchetes, mas são as decisões partidárias que definem quem estará na urna.

O episódio serve como exemplo de que estratégia sem respaldo interno dificilmente supera a vontade da convenção, órgão máximo de decisão de uma legenda. Quando isso acontece, a narrativa construída durante a pré-campanha acaba cedendo lugar ao único resultado que realmente importa: a decisão oficial do partido.

Gleisi Hoffmann estaria fora do Senado segundo a Pesquisa Quaest

Pesquisa acende sinal vermelho para Gleisi na corrida ao Senado

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Nos últimos dias de julho de 2026, mais precisamente no dia 27 de julho, foi divulgada a pesquisa eleitoral da Quaest, de como estaria a disputa pelo Senado no Paraná.

O levantamento ouviu 1.104 pessoas entre 21 e 25 de julho no Paraná e a margem de erro é de 3 pontos percentuais para mais ou para menos. O nível de confiança é de 95%. A pesquisa foi registrada sob o número PR-04818/2026 e o levantamento foi encomendado pela Genial Investimentos.

Pesquisa desenha cenário desfavorável para Gleisi na disputa ao Senado

Se as eleições fossem hoje, a pesquisa divulgada aponta que a ex-ministra e Deputada Federal do PT (Partido dos Trabalhadores), Gleisi Hoffmann estaria fora do Senado.

Como todos sabem que 2 + 2 são 4 e que o eleitor paranaense é de maioria voltada para a Direita, tanto é que isso foi demonstrado nas eleições de 2018 e 2022, demonstrando assim que as chances de Gleisi Hoffmann subir nas pesquisas são quase impossíveis.

60% de rejeição: o maior adversário de Gleisi parece ser a própria rejeição

A pesquisa Genial/Quaest revela também um dado que chama mais atenção do que as intenções de voto: a rejeição de 60% atribuída à deputada federal Gleisi Hoffmann (PT). Entre todos os pré-candidatos ao Senado avaliados, ela aparece como a mais rejeitada

pelos eleitores paranaenses, um indicador que tende a representar um dos maiores desafios de sua campanha.

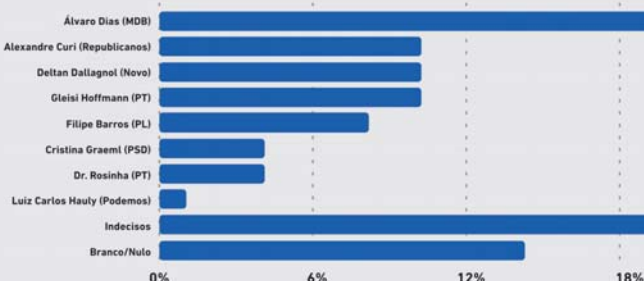
Diferentemente da intenção de voto, que pode oscilar ao longo do período eleitoral, a rejeição costuma ser um dos indicadores mais difíceis de ser revertido. Um candidato com

elevado índice de rejeição encontra maior dificuldade para conquistar novos eleitores, ampliar sua base de apoio e crescer nas pesquisas, especialmente em uma disputa majoritária como a do Senado, em que a capacidade de atrair votos além do eleitorado fiel é decisiva.

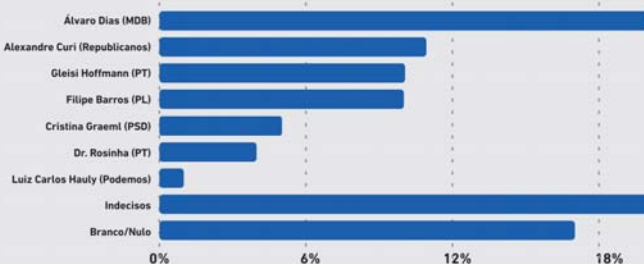
PESQUISA

A Pesquisa Quaest divulgou três cenários estimulados, em que os nomes são apresentados aos entrevistados. Nos três cenários **Álvaro Dias (MDB)** e **Alexandre Curi (Republicanos)** aparecem à frente nas pesquisas.

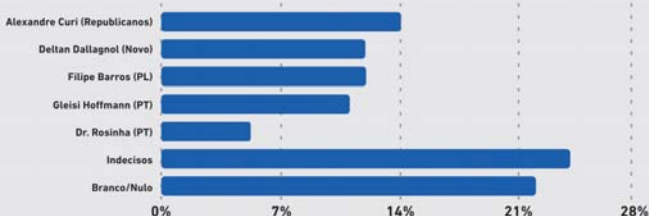
Cenário 1: Intenção de voto



Cenário 2: Intenção de voto



Cenário 3: Intenção de voto

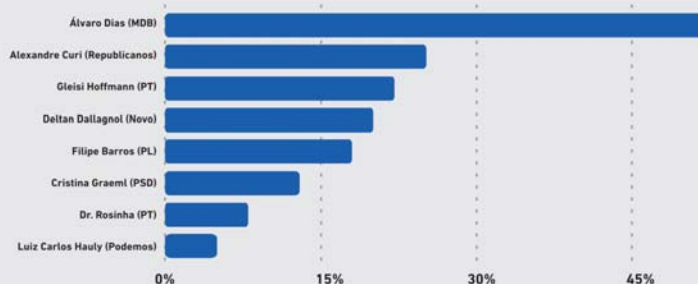


Índice de conhecimento e rejeição dos candidatos.
A Quaest perguntou aos eleitores se eles conheciam os candidatos ao Senado e se votariam ou não neles.

VEJA OS NÚMEROS:

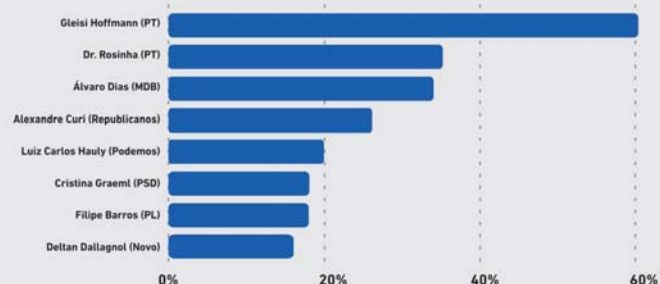
Conhecimento dos candidatos

Percentual de entrevistados que conhecem cada candidato



Rejeição dos candidatos

Percentual de rejeição



Nos três cenários estimulados apresentados pela Quaest, Gleisi Hoffmann não lidera a disputa e aparece numericamente atrás de outros concorrentes em diferentes simulações. Somado ao fato de registrar o maior índice de rejeição entre todos os nomes pesquisados, o levantamento indica um cenário eleitoral mais desafiador para a parlamentar em comparação com seus adversários.

Enquanto os rivais buscam votos, Gleisi precisa vencer a rejeição

Embora a campanha ainda esteja em seu início e o quadro eleitoral possa sofrer alterações até a votação, os dados da pesquisa sugerem que, se a rejeição permanecer próxima dos atuais 60%, Gleisi Hoffmann poderá enfrentar dificuldades significativas para ampliar seu desempenho e conquistar uma das vagas ao Senado. Trata-se de um cenário desfavorável em relação aos demais candidatos avaliados, principalmente porque seus principais concorrentes apresentam índices de rejeição substancialmente menores, o que, em tese, amplia seu potencial de crescimento ao longo da campanha.

Quando os assessores enterram o projeto político de Gleisi Hoffmann

O maior inimigo de Gleisi Hoffmann pode ter estado dentro do gabinete; A conta chegou: assessoria, prepotência e rejeição em alta

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Na política, nada acontece por acaso. Toda decisão produz consequências, e toda estratégia equivocada cobra seu preço. O momento em que essa conta chega não é durante os discursos, nas redes sociais ou nas inaugurações de obras. O verdadeiro julgamento acontece diante das urnas, onde o eleitor transforma aprovação em voto e decepção em rejeição.

Maus assessores podem ter enterrado o sonho de Gleisi Hoffmann no Senado

Existe um velho ditado que diz que "quem avisa, amigo é". Mas há políticos que vivem cercados por assessores tão preocupados nos próprios salários, em agradar o chefe que deixam de cumprir justamente a função para a qual são pagos: dizer a verdade.

As três fases da vida política

Todo político costuma percorrer três etapas bem definidas. A primeira é a do chamado "político raiz". É aquele que vive diariamente entre os eleitores, conhece os problemas da comunidade porque enfrenta os mesmos desafios que qualquer cidadão. Não precisa de relatórios para saber onde falta asfalto, saúde ou segurança. Basta sair de casa.

Na segunda etapa surge o "político estadual". Já instalado na capital, passa a depender das lideranças regionais para manter contato perma-



nente com sua base. Ainda existe um vínculo sólido com o interior, mas esse relacionamento exige interlocutores confiáveis.

Já a terceira fase é a mais perigosa: a do "político federal". Instalado em Brasília, distante da realidade cotidiana dos municípios, passa a enxergar sua base eleitoral através dos olhos dos assessores. Quando esses olhos enxergam mal, ou preferem esconder a realidade, começa o processo de isolamento político.

É justamente nesse momento que muitos líderes deixam de ouvir a população para ouvir apenas os aplausos do próprio gabinete.

Itaipu virou ponte... mas para o desgaste

No caso da ex-ministra e hoje deputada federal Gleisi Hoffmann, uma das principais apostas políticas foi ocupar espaços estratégicos na administração da Itaipu Binacional. Para a Diretoria-Geral foi in-

dicado Enio Verri. Na Diretoria de Coordenação assumiu Carlos Carboni.

Nem a Itaipu conseguiu segurar a erosão política de Gleisi Hoffmann

A expectativa política parecia simples: aproximar a Itaipu das lideranças locais, fortalecer alianças históricas e consolidar uma base eleitoral robusta.

Na prática, segundo as críticas apresentadas, ocorreu justamente o contrário. Em vez de ampliar pontes, muitas delas teriam sido queimadas.

Lideranças tradicionais, que durante décadas sustentaram o projeto político do grupo, passaram a sentir-se desprestigiadas. Houve relatos de articulações para substituir antigos aliados por novos nomes, gerando divisões internas justamente onde antes existia unidade.

Enquanto isso, a percepção era de que interesses pessoais

passaram a ocupar espaço maior que o fortalecimento do projeto coletivo.

Quem protege demais também afunda

Existe um dos maiores perigos da política moderna: o assessor que vende ilusões.

São profissionais que transformam qualquer crítica em "ataque da oposição", qualquer pesquisa negativa em "erro metodológico" e qualquer perda de apoio em "caso isolado".

Criam uma realidade paralela onde tudo está funcionando perfeitamente. O problema é que o eleitor não mora dentro dessa bolha.

A rejeição pode falar mais alto que a estrutura

Se dirigentes políticos realmente passaram anos acreditando que tudo caminhava bem enquanto suas bases eram desmontadas silenciosamente, talvez o maior erro não tenha sido a estratégia eleitoral, mas

sim confiar em quem tinha a obrigação de alertar sobre o desastre.

Pesquisas recentes indicam um índice de rejeição elevado para Gleisi Hoffmann, chegando próximo de 60%. Em política, rejeição elevada representa um obstáculo importante, pois limita a capacidade de conquistar eleitores além da base consolidada.

A queda de Gleisi Hoffmann começou longe das urnas

Esse cenário, se confirmado nas urnas, pode revelar que estruturas administrativas, cargos estratégicos e influência institucional não substituem o trabalho permanente de manutenção das bases políticas.

A máquina pode inaugurar obras.

Os assessores podem produzir relatórios otimistas.

Os aliados podem repetir que está tudo sob controle.

Mas existe um personagem impossível de convencer com discursos internos: o eleitor.

E quando ele conclui que foi ignorado durante anos, costuma responder da forma mais dura possível.

Com um voto.

Ou, muitas vezes, com a ausência dele.

Se esse cenário vier a se confirmar nas eleições para o Senado, talvez Gleisi Hoffmann descubra tarde demais que seu maior adversário não estava na oposição, mas sentado ao seu lado, dentro do próprio gabinete, dizendo diariamente que estava tudo bem enquanto o chão político desaparecia sob seus pés.

MAIS FISCALIZAÇÃO, MENOS MOBILIDADE?

Seguindo orientação do Governo Lula, Receita Federal pune moradores e turistas ao abrir novo posto de fiscalização em Foz

A nova face da Receita Federal em Foz do Iguaçu; Uma cidade onde o cidadão vira o principal suspeito da fronteira

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Enquanto a Receita Federal comemora uma arrecadação de R\$ 264,4 bilhões em junho de 2026, com crescimento real de 7,7% sobre o mesmo período do ano anterior, moradores e turistas de Foz do Iguaçu receberam um "presente" de grego. Mais um posto de fiscalização para entrar na rotina de quem circula pela Tríplice Fronteira.

A mensagem que muitos cidadãos enxergam parece simples: quanto mais o governo arrecada, mais o contribuinte precisa provar que não fez nada de errado.

É uma lógica curiosa. Os cofres públicos batem recordes, mas a sensação de quem enfrenta filas e novas abordagens é de que nunca basta.

A cidade onde todos passam a ser suspeitos

Mesmo com a alta da arrecadação, o governo Lula, através da Alfândega da Receita Federal de Foz do Iguaçu, decidiu punir os moradores, turistas que frequentam a triple fronteira. No dia 1º de agosto, iniciou-se o mais novo posto de fiscalização na cidade, sob a Portaria ALF/Foz do Iguaçu Nº 299 de 15 de Julho de 2026, onde ônibus regulares que saem de Foz do Iguaçu deverão seguir rota obrigatória diante da sede Administrativa da Alfândega para possível fiscalização aduaneira.

É claro que combater o



contrabando e o descaminho é obrigação do Estado. Ninguém discute isso.

A discussão começa quando a fiscalização deixa de ser percebida como uma ação cirúrgica contra criminosos e passa a atingir indiscriminadamente trabalhadores, estudantes, comerciantes e turistas que apenas desejam seguir viagem.

A impressão transmitida é desconfortável: primeiro todos são tratados como potenciais infratores; depois, quem sabe, alguns sejam con-

siderados inocentes.

Quase 60 anos depois, descobriram um novo problema?

A sede administrativa da Receita Federal em Foz do Iguaçu existe desde 1968. Durante quase seis décadas, nunca houve necessidade de instalar naquele local um ponto permanente de abordagem para ônibus regulares.

O que sempre existiu, são as vistorias de veículo apreendidos fora da sede administra-

tiva, que ocorriam em horários marcados e pré agendados.

Então surge uma pergunta inevitável: o que mudou?

A vontade de mais arrecadação somente aconteceu após a troca de comando da instituição, tendo como novo Delegado Marcelo Mossi Vendramini.

Será que durante quase sessenta anos ninguém percebeu essa necessidade? Ou estamos diante de uma nova filosofia administrativa que

acredita que ampliar barreiras é sinônimo automático de eficiência?

Criar novos obstáculos é relativamente simples. Difícil é demonstrar que eles realmente produzem resultados proporcionais aos transtornos impostos à população.

Nova Portaria a vista

Segundo fontes, uma nova Portaria poderá ser publicada no Diário Oficial da União nos próximos dias, com uma prorrogação do ato 299.

FRONTEIRA PENALIZADA

Receita Federal de Foz, do corredor humanitário ao corredor da burocracia

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

A maldade do novo delegado com a população iguaçuense começou no mês de junho de 2026, quando decidiu punir radicalmente com o cancelamento do corredor sanitário entre Ciudad Del Este e Foz do Iguaçu, que foi estabelecido durante a pandemia para permitir a passagem de pacientes em tratamento médico em ambas as cidades. Após a reabertura da fronteira, a passagem prioritária foi mantida para evitar que crianças e jovens com TEA e pacientes em estado crítico tivessem que esperar horas na fila para atravessar a ponte internacional. Por meio desse sistema, a Receita Federal brasileira permitia a entrada pela Ponte Internacional da Amizade, com acesso pela cabeceira da ponte e evitando a longa fila na rodovia BR-277. No lado paraguaio, a travessia era feita pelo terreno da Base Naval.

Quando a burocracia atropela a prioridade humanitária

O Delegado Marcelo Mossi Vendramini teria dito que existia excessos. Se existisse realmente excessos no corredor humanitário, como ele mesmo disse, que adotasse uma postura menos radical. Se havia abusos, eles deveriam ser investigados e corrigidos.

Mas muitos moradores questionam se eliminar completamente um mecanismo criado para atender situações humanitárias foi a única alternativa possível. Um recadastramento, auditoria ou revisão dos critérios poderia ter preservado o atendimento de quem realmente precisava.



Delegado Marcelo Mossi Vendramini chefe da Alfândega da Receita Federal de Foz

Quando o remédio parece pior que a doença

Quando a solução escolhida elimina o benefício para todos, fica a sensação de que o remédio acabou sendo mais pesado que a doença.

Estas novas posturas, não nascem do nada, pois tudo existe uma cadeia de comando, e ao que tudo indica, as ordens vêm de cima, com punições drásticas promovidas pelo governo Lula.

Ordens de cima ou simples coincidência? Foz pergunta, Brasília responde?

Seria esta a punição do governo federal (governo Lula) pelo simples fato da maioria da população ser de direita? Afinal nas eleições de 2022, 32,47% dos eleitores de Foz do Iguaçu votaram e Lula, enquanto Jair Bolsonaro fez 60,88% dos votos.

Já no 2º turno nas eleições

de 2022 em Foz do Iguaçu, Jair Bolsonaro conseguiu alcançar 66,18%, contra 33,82% de Lula.

Fiscalizar, sim. Complicar, por quê?

Existe uma enorme diferença entre combater organizações criminosas e transformar a rotina de milhares de pessoas em um exercício permanente de paciência.

A economia de Foz do Iguaçu depende diretamente da circulação de turistas, consumidores e trabalhadores entre Brasil e Paraguai.

Cada minuto perdido representa menos eficiência, menos competitividade e mais desgaste para quem movimenta a economia local.

Quem trabalha honestamente espera que o Estado concentre seus esforços em inteligência, tecnologia e investigação qualificada, e não apenas em aumentar a quantidade de barreiras físicas e procedimentos burocráticos.

compromisso com a prestação de contas.

Sem diálogo e sem demonstração objetiva de resultados, cresce a percepção de que o cidadão comum paga a conta da burocracia enquanto os grandes esquemas continuam exigindo operações especializadas para serem desmantelados.

A fronteira precisa de inteligência, não de mais desgaste

Foz do Iguaçu é uma das fronteiras mais estratégicas do Brasil. Ela precisa de fiscalização eficiente, moderna e baseada em inteligência.

Mas eficiência não se mede pela quantidade de ônibus desviados, pela extensão das filas ou pelo número de pessoas submetidas a novos procedimentos.

Uma administração pública eficiente é aquela que consegue proteger as fronteiras sem transformar o cotidiano do cidadão honesto em uma sucessão de obstáculos.

Quando a população começa a enxergar cada nova medida com mais preocupação do que confiança, talvez seja o momento de perguntar não apenas quanto se está arrecadando, mas também qual é o custo dessa estratégia para quem vive e trabalha na fronteira todos os dias.

A confiança também é patrimônio público

Toda autoridade pública possui competência para adotar medidas administrativas dentro da lei.

Mas também possui o dever de explicar, com transparência, quais resultados concretos pretende alcançar e como avaliará os impactos dessas decisões sobre a população.

Quanto maior o poder de fiscalização, maior deve ser o





BEM-VINDO AO MÊS DE AGOSTO

AQUI NA NTEC, O MÊS
JÁ COMEÇOU COM
**MUITO CONTEÚDO E
INFORMAÇÃO ÚTIL**
PARA VOCÊ E O SEU
NEGÓCIO!

SIGA-NOS NO INSTAGRAM
@NTECCONTABILIDADE



CRC PR - 006665/0-6



FIQUE POR DENTRO DOS **PRINCIPAIS
ASSUNTOS CONTÁBEIS** DO MÊS!

Prefeitura descarta autarquia e promete valorização dos servidores

Audiência Pública expõe desafios financeiros e coloca trabalhadores no centro das discussões

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu promoveu uma audiência pública para discutir o futuro da Fundação Municipal de Saúde e avaliar a proposta de criação de uma autarquia para administrar o Hospital Municipal. O encontro reuniu representantes do Poder Executivo, vereadores, entidades da área da saúde e trabalhadores, em um debate marcado por preocupações com a sustentabilidade financeira e a valorização dos profissionais.

Impacto financeiro freia mudança na gestão

Durante a audiência, representantes da Prefeitura informaram que a implantação da autarquia, neste momento, é considerada inviável. A principal justificativa é o impacto estimado de aproximadamente R\$ 13 milhões por ano aos cofres públicos, valor que, segundo o Executivo, compro-

meteria o equilíbrio financeiro da administração.

Além da questão orçamentária, a Prefeitura destacou que a documentação necessária para embasar a proposta não teria sido elaborada conforme os procedimentos técnicos exigidos. A ausência de estudos específicos e de análises jurídicas e administrativas foi apontada como um fator que impede o avanço da mudança de modelo de gestão.

Direitos dos servidores entram no centro do debate

Outro ponto de destaque foi a preocupação com a segurança dos trabalhadores da Fundação Municipal de Saúde. Representantes do Executivo alertaram que uma eventual transição sem os estudos necessários poderia gerar dúvidas sobre direitos funcionais, aposentadoria e garantias previdenciárias dos servidores.

A valorização dos profissionais também dominou as discussões. O presidente do Sindicato dos Empregados em



Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Foz do Iguaçu e Região (SEESSFIR), Paulinho, afirmou que a prioridade da categoria é garantir reconhecimento, estabilidade e melhores condições de trabalho.

O dirigente sindical chamou atenção para o elevado número de contratos temporários no Hospital Municipal. Segundo ele, quase metade do quadro funcional é formada por profissionais contratados por prazo determinado, percentual muito acima

do limite de 20% previsto na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

Plano de Cargos e Salários será apresentado em agosto

Como encaminhamento da audiência, a Prefeitura assumiu o compromisso de apresentar, até o fim de agosto, um plano para implantação do Plano de Cargos e Salários (PCS) dos trabalhadores do Hospital Municipal.

A proposta deverá con-

templar a reestruturação salarial, mecanismos de valorização profissional e estudos para ampliação dos benefícios oferecidos aos servidores.

Com a definição desse cronograma, a expectativa é que o diálogo entre o Poder Público e os representantes da categoria avance nas próximas semanas, buscando conciliar responsabilidade fiscal, segurança jurídica e melhores condições para os profissionais responsáveis pelo atendimento à população.

Acordo Coletivo do ITAMED garante ganho real e amplia direitos dos trabalhadores

Os trabalhadores do Hospital ITAMED conquistaram importantes avanços com a aprovação do novo Acordo Coletivo de Trabalho, resultado das negociações conduzidas pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Foz do

Iguaçu e Região (SEESSFIR). O destaque é o reajuste de 11,84% no vale-alimentação, índice bem acima da inflação acumulada de 4,11%, garantindo ganho real no poder de compra dos colaboradores.

Benefícios reforçam proteção social

Além da valorização econômica, o acordo assegura novos direitos, como licença-maternidade de até 180 dias, folga no mês de aniversário e a manutenção do auxílio-maternidade,

concedido por meio de um vale-alimentação extra às trabalhadoras no nascimento dos filhos.

Conquistas fortalecem a categoria

O acordo também preserva benefícios conquistados em negociações anteriores, garantindo

segurança jurídica e continuidade dos direitos da categoria. Para o SEESSFIR, o resultado demonstra que o diálogo, a negociação responsável e a participação dos trabalhadores continuam sendo os principais instrumentos para ampliar direitos e fortalecer a valorização dos profissionais da saúde.

Secretário de Meio Ambiente vira o centro de um caso que levanta dúvidas sobre conflito de interesses

Todos sabiam do "chuncho", menos o prefeito? Ou realmente o Prefeito Silva e Luna faz parte do negócio?

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Na administração pública, não basta ser honesto. É preciso também parecer honesto. Afinal, quando decisões do poder público se misturam com interesses privados, a confiança da população começa a ruir. E é justamente essa sombra que paira sobre um episódio envolvendo a Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Foz do Iguaçu.

A recente decisão da Justiça que suspendeu os efeitos da notificação da Prefeitura contra a Capela Memorial Iguassu acabou revelando muito mais do que uma simples disputa sobre um alvará de funcionamento. Ela trouxe novamente à tona uma sequência de fatos que merece explicações públicas, transparência e, acima de tudo, responsabilidade administrativa.

A Justiça não discutiu o mérito, mas acendeu o alerta

O juiz Vinícius de Mattos Magalhães foi claro ao conceder a liminar. A decisão não reconhece o direito definitivo da empresa explorar o serviço de capela mortuária nem afirma que o Município esteja impedido de revisar o alvará concedido.

O que o magistrado entendeu foi algo bem mais simples: a Prefeitura não poderia cancelar, na prática, um alvará que ela mesma concedeu sem garantir o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

Em outras palavras, a Jus-



tiça discutiu procedimento. Mas os bastidores do licenciamento acabaram chamando muito mais atenção do que a própria sentença.

Quando o fiscal e o consultor aparecem no mesmo filme

Os documentos mostram que o licenciamento ambiental da empresa passou pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente durante o período em que Johnys Freitas ocupava o cargo de diretor de Licenciamento Ambiental.

Até aí, tudo faria parte da rotina administrativa. O problema é que, naquele mesmo período, Johnys Freitas também figurava como sócio da Progetar Engenharia e Consultoria Ambiental, empresa responsável pela elaboração da documentação técnica utilizada justamente para obtenção do licenciamento ambiental do empreendimento.

É exatamente nesse ponto que surgem as dúvidas. Independentemente da existência ou não de eventual irregularidade, tema que dependeria de apuração pelos órgãos competentes, a coincidência gera

um evidente debate sobre possível conflito de interesses e sobre a necessidade de absoluta transparência nos processos administrativos.

Porque, convenhamos, quando quem atua na iniciativa privada participa da elaboração de projetos que dependem de análise do próprio setor público onde exerce função de direção, o mínimo que a sociedade espera são explicações claras.

Todos sabiam... menos o Prefeito?

A grande ironia dessa história é justamente essa. Segundo a narrativa política que circula nos bastidores, muita gente conhecia essa situação. Menos, aparentemente, o prefeito General Joaquim Silva e Luna.

Se realmente desconhecia os fatos, surge uma pergunta inevitável: como uma situação tão sensível passou despercebida justamente pelo chefe do Poder Executivo?

Se sabia, por que nada foi feito?

Em qualquer das hipóteses, o desgaste político acaba recaindo sobre quem administra a cidade.

E o roteiro ficou ainda mais curioso quando, após mudanças na estrutura da Secretaria de Meio Ambiente, Johnys Freitas deixou a diretoria e acabou promovido ao cargo de secretário municipal.

Uma ascensão que, diante das circunstâncias, inevitavelmente desperta questionamentos.

A pergunta que continua sem resposta

Talvez o maior ponto desta história sequer esteja relacionado à capela mortuária. A questão de interesse público é outra.

Quantos licenciamentos ambientais emitidos naquele período utilizaram estudos elaborados pela Progetar Engenharia e Consultoria Ambiental?

Houve mecanismos formais para afastar qualquer possibilidade de conflito de interesses?

Quem analisava esses processos?

Existia impedimento administrativo?

Essas perguntas permanecem sem respostas públicas.

E justamente por isso o caso ultrapassa a esfera jurídica e entra no campo da transparência administrativa. O recurso continua. As dúvidas também?

A Prefeitura informou que recorrerá da decisão e sustenta que a exploração de capelas mortuárias depende de concessão pública. Também afirma que instaurou processo administrativo para revisar a

validade do alvará, assegurando o direito de defesa da empresa.

O recurso seguirá seu caminho no Tribunal de Justiça. Mas o debate político parece apenas começar.

Porque o verdadeiro desgaste talvez não esteja na discussão sobre um alvará eletrônico, mas na percepção de que interesses públicos e privados podem ter caminhado próximos demais.

O silêncio também é uma decisão

Agora resta saber qual será a postura do prefeito General Silva e Luna. Manterá a confiança no secretário de Meio Ambiente enquanto as dúvidas permanecem?

Solicitará esclarecimentos públicos sobre a atuação exercida durante o período dos licenciamentos?

Ou entenderá que, independentemente da legalidade dos atos, a administração pública exige um padrão de transparência capaz de afastar qualquer suspeita de conflito de interesses?

Na política, muitas vezes o problema não é apenas aquilo que aconteceu.

É aquilo que parece ter acontecido.

E, enquanto essas perguntas continuarem sem respostas convincentes, permanecerá ecoando pelos corredores da Prefeitura uma frase que já virou comentário nos bastidores:

Todos sabiam do "chuncho". Menos o prefeito? Ou ele faz parte do mesmo negócio?

FISCAL ACIDENTADO

Viatura da Guarda Municipal provoca acidente de trânsito durante perseguição a moto no centro de Foz

A lei vale para todos... até a sirene tocar?

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Divulgação

Existe um fenômeno curioso no trânsito brasileiro. Basta surgir uma viatura no retrovisor para o cidadão comum entrar em modo "auditoria". Confere a velocidade, puxa o cinto, lembra do semáforo anterior, procura o documento no porta-luvas e até promete nunca mais estacionar em local proibido. Afinal, uma multa pesa no bolso e os pontos na CNH não costumam ter desconto.

Mas parece que, em algumas situações, as regras deixam de ser tão rígidas quando quem está atrás do volante é justamente quem deveria dar o exemplo.

Na manhã deste sábado, no centro de Foz do Iguaçu, uma viatura do Grupamento Operacional de Trânsito (GOT) da Guarda Municipal acabou protagonizando um acidente ao avançar um semáforo vermelho durante uma perseguição, ou, como preferem chamar oficialmente, um "acompanhamento tático".

O resultado? Um motorista que seguia corretamente com o sinal verde teve seu veículo atingido, enquanto a motocicleta



ta perseguida simplesmente desapareceu no horizonte.

Quem fiscaliza o fiscal?

A ironia da situação salta aos olhos. O cidadão que respeitou o semáforo acabou pagando a conta da pressa alheia. Os dois veículos ficaram bastante danificados e a viatura ainda terminou a ocorrência contra o muro de uma residência.

Naturalmente, operações de emergência podem exigir exceções às regras de trânsito. Mas exceção não significa ausência de responsabilidade. O Código de Trânsito

concede prioridade aos veículos de emergência, desde que a condução seja feita com prudência e sem colocar terceiros em risco.

Moral da história

Se um motorista comum avança um semáforo vermelho, recebe multa, pontos na carteira e uma boa dose de ser-

mão sobre responsabilidade. Quando o erro envolve justamente quem fiscaliza o trânsito, a população espera algo além de justificativas técnicas: espera transparência, apuração rigorosa e responsabilidade.

Porque autoridade não é licença para errar sem consequências. Pelo contrário. Quem tem a missão de fazer cumprir a lei deve ser o primeiro a demonstrar que ela vale para todos. Afinal, credibilidade não se conquista com sirene ligada, mas com exemplo.



Convenção do Podemos homologa candidatura de Sidnei Prestes a deputado estadual

Convenção estadual do PODEMOS confirma candidatura e fortalece representação do Oeste do Paraná nas eleições de 2026

Da redação

Foto: Reprodução

A Convenção Estadual do Podemos oficializou a candidatura do vereador Sidnei Prestes ao cargo de deputado estadual nas eleições de 2026. O evento também confirmou a participação da legenda na coligação majoritária que apoia o senador Sérgio Moro como candidato ao Governo do Paraná, consolidando a estratégia política do partido para o próximo pleito.

A homologação representa um novo passo na trajetória política de Sidnei Prestes, que deixa o cenário exclusivamente municipal para disputar uma vaga na Assembleia Legislativa do Paraná. A candidatura amplia a presença de Foz do Iguaçu na disputa estadual e reforça a busca por maior representatividade da região Oeste nas decisões do Legislativo paranaense.

Mandato marcado pela fiscalização e atuação legislativa

Advogado e vereador em Foz do Iguaçu, Sidnei Prestes construiu seu mandato com forte atuação na fiscalização da administração pública, na apresentação de projetos de lei e na defesa de temas considerados estratégicos para o desenvolvimento do município. Entre as principais bandeiras estão o fortalecimento da saúde pública, a segurança, a ge-



Podemos oficializou a candidatura do vereador Sidnei Prestes ao cargo de deputado estadual nas eleições de 2026

ração de empregos, a melhoria da infraestrutura e o incentivo ao desenvolvimento econômico da região Oeste.

Sua atuação também ganhou destaque em levantamentos nacionais. Segundo estudo realizado pelo Instituto Brasil Pesquisa e Divulgação, baseado em dados públicos de câmaras municipais, Sidnei Prestes foi reconhecido como o vereador mais produtivo do

Brasil entre os municípios analisados, resultado atribuído ao volume de proposições legislativas, requerimentos e ações fiscalizatórias desenvolvidas ao longo do mandato.

Foz amplia protagonismo nas eleições estaduais

Com a candidatura homologada, Foz do Iguaçu passa



a contar com mais um representante na disputa por uma cadeira na Assembleia Legislativa, ampliando as possibilidades de fortalecimento político da cidade no cenário estadual.

Integrando o projeto político liderado por Sérgio Moro ao Governo do Paraná, Sidnei Prestes inicia a campanha defendendo propostas voltadas ao desenvolvimento regi-

onal, ao fortalecimento dos municípios e à melhoria da gestão pública. A expectativa do Podemos é de que a experiência adquirida no Legislativo municipal contribua para ampliar o debate sobre temas prioritários para o Oeste paranaense e para todo o Estado, levando à Assembleia uma atuação baseada na fiscalização, na transparência e na defesa dos interesses da população.

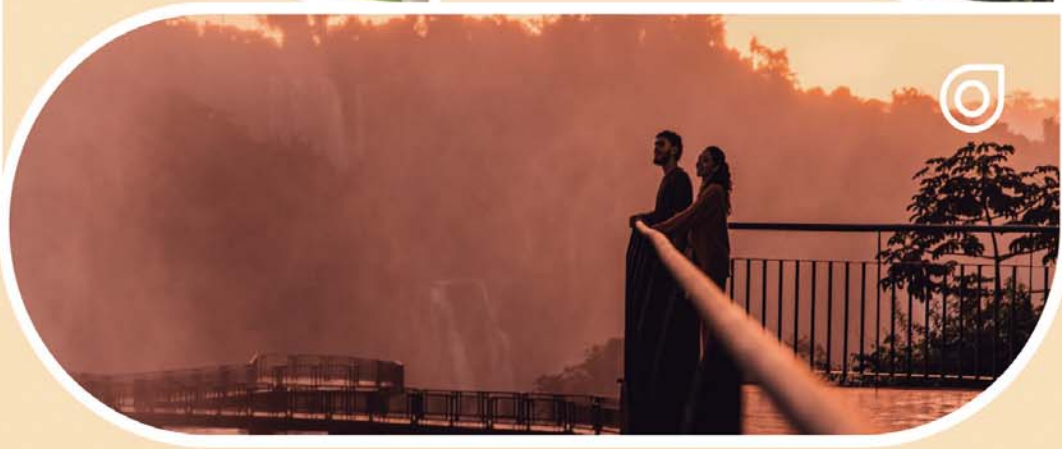
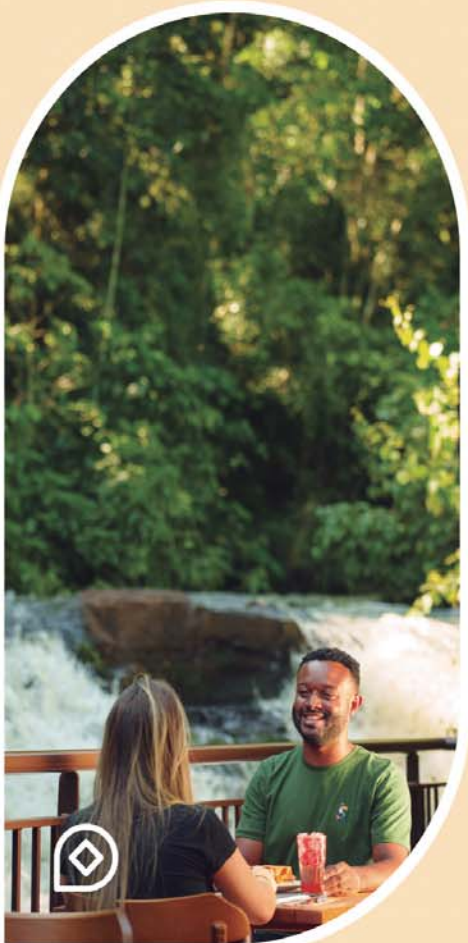


PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

MLITO

ALÉM DAS CATARATAS

Existe um parque inteiro para ser vivido.



Prêmios da Copa do Mundo de 2026

- Melhor jogador da final:
Ferran Torres (Espanha)
Clube: Barcelona
- Melhor jogador jovem da FIFA:
Pau Cubarsí (Espanha)
Clube: Barcelona



Zagueiro de 19 anos Pau Cubarsí melhor atleta jovem da Copa do Mundo

- Luva de Ouro:
Unai Simón (Espanha)
Clube: Athletic Bilbao
- Bola de Ouro:
Rodri (Espanha)
Clube: Manchester City (Inglaterra)
- Chuteira de Ouro:
Kylian Mbappé (França) – 10 gols.
Clube: Real Madrid (Espanha)

NA MARCA
DO PENALTI

Jornalista: Abilio Henrique Bottega - 0012882/PR MTB



A Copa das Copas

Chegou ao fim o maior torneio da história, realizado pela primeira vez com 48 seleções, sediado nos Estados Unidos, no Canadá e no México. Iniciada em 11 de junho e encerrada em 19 de julho, a competição terminou com o bicampeonato da Espanha. A seleção espanhola venceu a Argentina por 1 a 0 na grande final, com um gol de Ferran Torres aos 106 minutos, no segundo tempo da prorrogação. O lance garantiu o título e freou qualquer tentativa de reação da equipe sul-americana. Para Lionel Messi, foi a despedida do torneio, enquanto Kylian Mbappé alcançou a marca de 22 gols na história dos mundiais, passando o argentino e se tornando o maior artilheiro da história das copas.

Foto: Lee Smith/Reuters



Foto: Reprodução de Internet

Gol do título da Fúria

ARTILHARIA
HISTÓRICA DA COPA

FRANÇA	MBAPPÉ	22 GOLS
ARGENTINA	MESSI	21 GOLS
ALEMANHA	KLOSE	16 GOLS
BRAZIL	RONALDO	15 GOLS
INGLATERRA	KANE	14 GOLS
ALEMANHA	MÜLLER	14 GOLS
FRANÇA	FONTAINE	13 GOLS
BRAZIL	PELÉ	12 GOLS
HUNGRIA	KOCSIS	11 GOLS
ALEMANHA	KLINSMANN	11 GOLS

ARTILHEIROS
DA COPA

1º	FRANÇA	MBAPPÉ	10 GOLS
1º	ARGENTINA	MESSI	8 GOLS
2º	NORUEGA	HAALAND	7 GOLS
2º	INGLATERRA	BELLINGHAM	6 GOLS
3º	INGLATERRA	HARRY KANE	6 GOLS

 Abilio Henrique Bottega

 bottega_77

 Bottega77 @futebolista2

 Abilio Henrique Bottega

Para sugestões de pautas,
críticas e elogios entre
em contato

 abiliobottega@hotmail.com



A Maldição do Caneco

O Desempenho dos campeões na defesa do título mundial Defender o título da Copa do Mundo é uma das missões mais difíceis do esporte, marcada por bicampeonatos raros, mas também por quedas cedo e surpresas ruins. Apenas Itália (1938) e Brasil (1962) conseguiram repetir a dose e levantar a taça duas vezes seguidas na história do torneio.



Messi encerra sua participação em Copas do Mundo com dois vices campeonatos e um título

Altos e Baixos dos Defensores

Bicampeões: Itália em 1938 e Brasil em 1962 mantiveram a coroa.
Vices e Semifinais: Uruguai (1954), Alemanha (1958), Argentina (1990), Brasil (1998), França (2022) e Argentina (2026) chegaram muito perto, mas pararam no fim.
Quedas na Fase de Grupos: Itália (1950, 2010), Brasil (1966), França (2002), Espanha (2014) e Alemanha (2018) caíram logo no começo do torneio.

Michael Olise faz história e supera o recorde de Pelé em assistências na Copa do Mundo



Olise passou o Rei na disputa de terceiro lugar com duas assistência para Mbappé

Olise do Bayern de Munique da Alemanha, alcançou a marca de sete assistências na Copa do Mundo de 2026, quebrando o recorde histórico de passes para gol em uma única edição do torneio. O meia-atacante francês ultrapassou a marca de Pelé, que havia dado seis assistências na campanha do tricampeonatobrasileiro em 1970. O principal beneficiado pelos passes do francês foi o companheiro Kylian Mbappé.



Leticia Kurt

TANQUE DESGOVERNADO

Partido Liberal continua sem comando em Foz do Iguaçu

O PL de Foz virou um blindado sem motorista; Muito canhão, pouca direção e sem munição temporariamente

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Na política, eleição nunca foi passeio no parque. É uma guerra de estratégias, alianças e busca incessante por votos. Cada partido tenta montar seu verdadeiro batalhão, recrutar soldados, fortalecer suas trincheiras e colocar em campo um comandante capaz de conduzir a tropa rumo à vitória.

Mas existe um detalhe que faz toda a diferença: nenhum exército vence quando o general desaparece e o tanque blindado fica ligado no ponto morto.

É exatamente essa impressão que passa o Partido Liberal (PL) de Foz do Iguaçu.

O tanque continua ligado... mas ninguém segura o volante

Durante anos, o PL vendeu a imagem de um partido organizado, forte e pronto para as



batalhas eleitorais. O comando local estava nas mãos do General Joaquim Silva e Luna, que assumiu a presidência da comissão provisória em 30 de março de 2024.

O problema é que, segundo os registros públicos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a vigência dessa comissão terminou em 11 de maio de 2026, até o dia 03 de

Agosto as 12h:30min indicava que o PL estaria sem comando em Foz do Iguaçu.

Desde então, o tanque continua estacionado... e cada um parece acreditar que está no banco do motorista.

Enquanto o General Silva e Luna afirma em discursos que continua presidente, o deputado Matheus Vermelho também já declarou exercer o



comando da sigla. O curioso é que, olhando o cadastro oficial do TSE, não aparece nenhum dos dois como dirigente vigente do partido em Foz do Iguaçu.

Na prática, é como assistir a dois pilotos brigando pelo volante de um veículo que sequer possui documentação em dia.

Terra de ninguém ou campeonato de faz de conta?

A ausência de uma direção oficialmente vigente abre espaço para as mais variadas interpretações.

Nesse ritmo, basta colocar uma camiseta verde e amarela, tirar uma foto ao lado da bandeira do partido e pronto: qualquer um pode acordar inspirado e anunciar que agora é presidente do PL.

Quem sabe até o folclórico "China da

Motinha", que alguns já apelidaram de "China do Patinete", não resolve assumir o posto? Pelo menos disposição para pilotar o blindado parece não faltar.

Muito blindado, pouca munição

O PL continua sendo uma das maiores forças partidárias do Brasil, mas, em Foz do Iguaçu, a impressão é de um enorme canhão apontado para todos os lados... sem pólvora, sem munição e, principalmente, sem alguém oficialmente autorizado para apertar o gatilho.

Na guerra política, tamanho importa, mas comando importa muito mais.

Porque um tanque sem comandante deixa de ser arma de guerra e vira apenas uma peça de exposição.

E, enquanto ninguém define oficialmente quem conduz o blindado, o maior adversário do partido talvez nem esteja do lado de fora. Pode estar justamente dentro do próprio quartel.



Órgãos Partidários de Abrangência Municipal

Visualizar todas as composições cadastradas no SGIP3 - possibilita a consulta aos dados migrados do SGIP2, e aos dados inseridos no SGIP3. Caso necessite consultar órgãos anteriores ao mês de maio de 2017, deve-se acessar o Módulo Consulta Pública (base de dados histórica).

☒ Visualizar todas as composições cadastradas no SGIP3

Visualizar as composições vigentes no período 01/06/2017 à 29/07/2026 Consultar

Partido/Federação	Tipo Órgão	UF	Município	Início Vigência	Fim Vigência	Situações	Situação Vigência
PL - 22	Órgão provisório	PR	FOZ DO IGUAÇU	30/03/2024	11/05/2026•	Anotado;	Não Vigente
PL - 22	Órgão provisório	PR	FOZ DO IGUAÇU	31/05/2023	28/03/2024•	Inativado por decisão do partido;	Não Vigente